

SECRETARIA DE CULTURA

COMUNICADO

VERÔNICA SABINO APRESENTA SEU REPERTÓRIO VARIADO NO TEATRO CAFÉ PEQUENO

A cantora Verônica Sabino apresenta seu segundo DVD "Esse Meu Olhar" nesta quinta-feira, a partir das 20h, no Teatro Municipal Café Pequeno. O repertório conta com clássicos de Vinícius de Moraes, Dolores Duran, Maysa, Milton Nascimento e Tom Jobim, além de muito bolero e rock dos anos 60 e pitadas de Jovem Guarda.

Com uma seleção eclética, a cantora faz um recorte no tempo surpreendente ao trazer uma releitura de "Garota de Ipanema", de Tom Jobim, dialogando com uma nova versão de "Garota Nacional", da banda Skank. Verônica apresenta também alguns sucessos de carreira, como "Todo Sentimento" e "Tudo que se quer".

O show, apresentado em formato acústico e intimista, é embalado pelo violão de Sergio Chiavazzoli, que também assina a direção musical do DVD. O Teatro Municipal Café Pequeno fica na Avenida Ataulfo de Paiva, 269, no Leblon.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

ATA

Aos vinte e nove de novembro de dois mil e dezessete, às 10 h e 05 min, iniciou-se no Centro Municipal de Artes Calouste Gulbenkian, da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Cultura – CMC – com as presenças do Vice-Presidente Teófilo de Lima, dos conselheiros titulares e suplentes da Sociedade Civil e do Poder Público. A condução da reunião foi feita pelo Vice-Presidente. O conselheiro José Marconi quis deixar registrado em ata à sexta ausência da Presidente Nilcemar Nogueira nas reuniões do Conselho. O primeiro informe foi passado pelo conselheiro Gustavo Guenzburger, que anunciou o trabalho realizado pela Comissão de Cultura da Câmara com o GT de orçamento no qual foram propostas várias emendas na LOA desse ano, dentre elas a de recuperação dos recursos perdidos no fomento de 2016 e do percentual perdido como um todo para a Secretaria Municipal de Cultura do exercício anterior para este ano. Pediu para que todos fiquem atentos quanto a essas questões no momento da votação pela Câmara. O conselheiro mais uma vez mencionou a falta de resposta da Pasta quanto à solicitação feita por ele sobre os dados estatísticos do fomento direto. A conselheira Rosane Campello disse, por própria experiência, que as propostas de mudanças são possíveis de serem aprovadas. O conselheiro Cláudio Prado de Mello deu seu informe, declarando que a Prefeitura autorizou por meio de alvará a instalação (irregular) de um stand da Toyota no meio da orla tombada de Copacabana e disse que essa ação terá desdobramentos futuros com o IRPH. Informou ainda que a reunião ocorrida com o IRPH foi muito produtiva e que ficaram de dar andamento às questões discutidas sobre o patrimônio. A conselheira Rosane Campello sugeriu um encontro dos conselheiros para debater todas as ações realizadas pelo Conselho neste ano. O conselheiro Carlos André (Rongo) Nascimento quis registrar a luta da comunidade da Pavuna em prol do reconhecimento físico da Feirinha da Pavuna, que é patrimônio imaterial da cidade. Encerrados os informes, iniciou-se a pauta da reunião sobre a economia da cultura para o desenvolvimento da cidade, com a presença de Léo Soares, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação, João Grand, do IPP, Léo Feijó, do Rio Criativo e Heliana Marinho, do SEBRAE. O convidado João Grand começou a discussão sobre o tema trazendo a importância de se diagnosticar as potencialidades e desafios do setor cultural e de se democratizar os acessos ao consumo e à produção cultural, em virtude da grande escassez de informações. Comentou ser imperativo na cidade a construção de um novo modelo de governança territorial de forma que a política de cultura seja finalmente vista como política de desenvolvimento. Apresentou alguns elementos sobre o mapeamento da indústria criativa no Brasil, a partir de uma pesquisa oficial feita em 2015, cujo trabalho de mensuração da atividade produtiva da cultura vem sendo feito há alguns anos pela FIRJAN. Os dados coletados pelo RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) não apontam um número real. Com isso, João quis dizer que não dá para palpar políticas públicas de cultura a partir de estatísticas oficiais, porque a sub-representação é absurdamente grande. Ressaltou a importância de se avançar na produção de estatísticas mais próximas da realidade e disse que o IPP se coloca à disposição como parceira para trabalhar essa questão. Demonstrou ainda, a partir do mapa, que a maior concentração de equipamentos culturais está localizada no centro e na zona sul da cidade e que o aumento da democratização do acesso e à produção cultural se deu por conta do surgimento das lonas e arenas culturais. Sugeriu que sejam criadas estratégias de comunicação que viabilizem o acesso aos produtores das demais áreas, uma vez que tem muita gente fazendo e pouca gente acessando os mecanismos para produção. Comentou sobre a iniciativa da criação da Rede Carioca de Roda de Samba, a partir de um levantamento de dados feito com apoio do poder público municipal, estadual e federal e ressaltou a importância da cultura do samba para a sociedade e para a economia carioca. Falou sobre o conceito dos pactos territoriais, os quais se dirigem fundamentalmente para promover a cooperação entre os agentes públicos e privados de um determinado território de modo a estimular o desenho e a criação de

projetos de melhoramento no contexto local. Ressaltou que os debates não devem estancar as ideias e sim serem produtivos para que as políticas de governança territorial possam avançar. Ao finalizar, salientou a importância de se pensar a cidade de forma que as interações sociais e produtivas se retroalimentem e potencializem cada vez mais as atividades culturais e as atividades econômicas/produtivas. Frisou que a cidade/economia criativa deve ser criativa por completo, de modo transversal a todos os campos, não se restringindo apenas ao ponto de vista da empresa que visa somente a produção de bens e produtos a serem comercializados no mercado, mas que seja voltada principalmente para os cidadãos. O convidado Léo Feijó foi gerente do projeto Rio Criativo e iniciou sua participação introduzindo alguns conceitos sobre economia criativa. Segundo as Nações Unidas, esse conceito emergente é definido como a interface entre criatividade, cultura, economia e tecnologia num mundo dominado por sons, imagens e símbolos. Consiste na criação e distribuição de bens e serviços que usa a criatividade e o capital intelectual como principais insumos. Explicou que a Austrália introduziu esse conceito, mas que foi no Reino Unido nos anos 90, que essa política se tornou referência, no governo de Tony Blair, com a criação do Ministério das Indústrias Criativas, após identificarem que os setores dessa economia estavam crescendo a taxas mais elevadas do que a velha economia. Disse ainda que as metodologias de pesquisa variam muito de país para país; no Brasil alguns setores são incluídos, na Inglaterra não são incluídos; no Estado do Rio de Janeiro trabalha em torno de 20 setores como música, artes cênicas, moda, design, dentre outros, que são considerados dentro da economia criativa, ou seja, segmentos que antes não estavam contemplados no que se conhecia de economia da cultura, que era mais ligada à produção cultural efetivamente e que na economia criativa passa-se a ter o entendimento de novos setores dentro desse campo econômico, por exemplo, o turismo, a gastronomia, a moda e o design. Informou que, no Brasil, o SEBRAE foi o pioneiro na questão da economia criativa, com a criação da Gerência de Economia Criativa em 2006, depois a Secretaria de Estado criou uma Coordenadoria de Economia Criativa em 2008, a FIRJAN criou a sua gerência e assim por diante. As prefeituras, então, começaram a entender a importância de olhar para essa temática. A partir de indicadores, disse que no Brasil, como no Reino Unido, esses segmentos criativos estão crescendo a taxas mais elevadas, gerando mais empregos e renda, inclusive, impostos. Disse que no Rio de Janeiro, existe uma estimativa de que 20% da nossa economia estejam associados aos setores criativos, perdendo só para o petróleo e gás. Sobre a questão da cultura versus economia, ele acredita que o conceito de economia criativa reforça a pauta da cultura na medida em que se percebe um pacto econômico cada vez mais forte. Que o século XX teve início o entendimento da importância econômica da cultura, uma vez da percepção de uma lógica de serviços e bens atrelados à produção cultural, à criação artística, à cultura popular, etc. Para ele, a economia criativa significa uma ampliação desse escopo. Abordou a temática da sustentabilidade da cultura ao mesmo tempo sendo uma prática lucrativa e disse que ainda existe uma dificuldade de captação de capital na área cultural em geral, uma vez que os investidores preferem investir em setores de tecnologia. Comentou ainda sobre os distritos criativos, temática de grande relevância colocada em pauta inclusive pela Secretária Nilcemar Nogueira. Disse que as vocações regionais são ativos muito importantes e saber identificar e estimular essas vocações é fundamental para a cidade, considerando que cada microrregião do Rio de Janeiro tem as suas particularidades. Reiterou a importância da governança para que todas as ações, englobando todos os setores da sociedade, sejam possíveis de serem executadas. Sobre o impacto de empreendimentos de economia criativa, declarou que estão baseadas na criação das redes, na revitalização dos espaços urbanos e valorização da dimensão econômica da cultura. Ao finalizar, Léo Feijó comentou sobre o distrito cultural da Lapa, dizendo que a proposta lá é lançar as bases de um novo mapeamento e de uma nova governança para que se consiga decidir em conjunto o que fazer para melhorar a região, já considerada um destino cultural muito importante, porém com muitos problemas a serem resolvidos. A terceira convidada, Eliana Marinho, do SEBRAE, iniciou sua participação dizendo a todos sobre a sua militância desde 2006, com a criação da Gerência de Economia Criativa. Explicou que quando esse assunto chegou dentro do sistema SEBRAE, pouco se sabia sobre o assunto. Então houve um processo de estruturação e montagem de equipe para aumentar o conhecimento sobre o tema. Durante esse processo, foi construído um primeiro polo institucional com a participação do SEBRAE, da FIRJAN, da Secretaria de Estado, o IPP, a PCRJ e que, aos poucos, outras instituições foram chegando. Informou que, hoje, o Estado do Rio de Janeiro é o estado que mais desenvolve e mais entende sobre esse assunto. Segundo ela, muitas críticas em relação às pesquisas oficiais que foram feitas tratam da falta de uma metodologia clara e definida. Outra crítica recebida foi a que os dados não expressam a realidade. Em defesa, a convidada explicou que, como esse assunto é global, é preciso estabelecer critérios, métodos e indicadores que sejam possíveis de medição e de comparação e os principais métodos reconhecidos são os que constam na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Continuou explicando que não adianta saber que existem 1000 cenógrafos no Rio e apenas 1 cadastrado, se essa situação não consegue ser resolvida, porque por mais que se faça uma pesquisa de campo incrível, onde todos os dados estejam presentes, esses dados não poderão ser utilizados para fazer observações comparativas e desenhar políticas públicas de desenvolvimento. As informações saem pulverizadas, uma vez que

não existem canais convergentes e que sejam únicos de esclarecimento. Abordou a questão da fragmentação, dando como exemplo a cidade do Rio de Janeiro. Disse que muitas instituições atuam nesse campo de economia criativa e que todos esses processos envolvem processos de colaboração e de convergência institucional. Esclareceu que grandes partes das instituições possuem um "ego" institucional, que fragmentam todo esse processo, já que todo mundo quer ser o dono daquela ação, embora todos façam a mesma coisa. Salientou que os parâmetros da economia criativa são internacionais e que a apropriação desses parâmetros passa por plataformas comuns de ação para que cada instituição tenha a capacidade própria de desenvolvimento. Criticou todos que querem fazer a mesma coisa, já que essa prática fragmenta algo que deveria ser coletivizado. A convidada sugeriu que haja uma aplicação efetiva de governança, com uma agenda comum e papéis definidos, independente de quem esteja nas instituições, bem como um foco de ação, com escolhas estratégicas que visam o alinhamento institucional. Elogiou a iniciativa do Conselho Municipal de Cultura em abordar o assunto e acredita que seja este o momento de fazer escolhas e de definir novos modelos de execução, uma vez que o ambiente cultural, que existe desde sempre, passa a ser um insumo importante para essa "nova" economia, ou seja, o fazer cultural passa a ser a matéria-prima intangível e inesgotável do século XXI, dando a todas as ações feitas um valor econômico. Destacou que a economia trata a cultura como uma matéria-prima cultural e que ela pode gerar empreendimentos, gerar empregos, gerar renda e que as pessoas podem viver disso. Ao finalizar, frisou novamente ser fundamental fazer escolhas, definir papéis institucionais, inventar novos modelos a partir de práticas coletivas e quais estratégias deverão ser adotadas para melhorar a captação de recursos para que se possa formar pessoas e regulamentar profissões. Disse, por fim, ser preciso o investimento no ambiente de negócio, com o devido financiamento, políticas públicas, condições de operação e convergência do pensamento, fatores esses que permitirão o desenvolvimento dessa economia criativa e elevar o Brasil para outro patamar. O quarto convidado, Léo Soares, Subsecretário de Inovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação da Cidade do Rio de Janeiro (SMDEI), disse que a secretaria vem tratando os novos conceitos em relação aos ramos e segmentos tendentes à economia do futuro, sempre muito calcados no capital intelectual e que a secretaria possui estudos diversos a respeito do valor agregado do conhecimento, o qual está muito ligado aos conceitos da economia criativa. E que resta à Secretaria investir e permitir que isso aflore. Explicou que a Secretaria atua de forma transversal com as demais secretarias e que não possui a pretensão de substituir as funções finalísticas de cada área. Destacou que a Secretaria busca é criar um ambiente que permita que essas áreas-fim aflorem e desenvolvam suas políticas próprias. O convidado reiterou as falas dos seus colegas, dizendo que não restam dúvidas quanto ao crescimento exponencial dos setores ligados à economia criativa e da própria cadeia produtiva ligada à economia criativa. Informou que há uma estimativa de que 4% do PIB da Prefeitura provém da economia criativa e que foram traçados dois planos básicos na secretaria. Um deles foi um projeto urgente desenhado especificamente para o porto, mas que se articula com o resto da cidade por meio da inspiração de outros projetos de sucesso ao redor do mundo, por reunir características e vocações notáveis da cidade (como economia do samba, economia da praia, economia do carnaval) e demais coisas que são valorizáveis e bem quietas mundo afora. Segundo ele, foram identificadas várias necessidades: a de estimular o desenvolvimento de uma cultura, a de permitir a identificação de talentos, a de articular com o capital para que isso chegue nos setores, a de impor uma agenda de eventos culturais populares, a de propiciar que o ambiente regulatório chegue o mais próximo do racional. Outra métrica traçada foi a elaboração de um plano voltado para a economia criativa e para a inovação em geral, cujos trabalhos se desdobraram em propostas de duas legislações: uma é a proposta da lei municipal de inovação, cuja minuta já foi submetida para a Procuradoria do Município, trazendo conceitos de facilitar o acesso ao capital, desburocratizar o sistema e reunir num único diploma legal os princípios e normas que se encontram espalhados nas diversas competências. Além de trazer conceitos da transversalidade e do compartilhamento e transparência de dados, trazem também elementos que serão incorporados à lei municipal contidos na Lei Rouanet de ciência e tecnologia e da Lei Nacional de Ciência e Tecnologia. Comentou sobre a pretensão de reunir numa plataforma interativa pessoas, soluções e projetos voltados para a inovação com o fito de viabilizar a criação de coisas que permitam lotar a cidade de equipamentos que possibilitem sua caracterização como uma cidade inteligente, integrada e interativa. Ao término do seu pronunciamento, o convidado quis expor o que significa o projeto do porto do Rio. Disse que, o município, numa oportunidade na época das Olimpíadas, formou uma operação urbana consorciada e fez intervenções no porto do Rio, hoje Porto Maravilha, que consumiram quase 12 bilhões de reais, sendo que mais da metade desse valor foi oriundo dos consórcios firmados. Apesar da famosa revitalização da área, que vem propiciando o recebimento de uma série de atividades que tendem a engrandecer a cidade, notou-se que o adensamento desejado da área para que isso acontecesse não ocorreu. Em função disso, foi proposta outra legislação visando viabilizar aquele espaço de forma que se pré-disponibilize em ser uma área de teste de inovação de mobiliários urbanos, de eventos, de desenvolvimento e de projetos culturais e que ali se reúnam o ecossistema da economia criativa e de inovação que existe no Rio e que está todo disperso. Logo, a ideia é

agrupar toda essa turma e que, assim, esse encontro de saberes e de gente permita o desenvolvimento almejado naquele espaço, considerando cheio de histórias e de atrativos. Por fim, Léo Soares, destaca a questão do talento e cita o programa Naves do Conhecimento, um legado olímpico que tinha como objetivo promover a inclusão digital. São 9 equipamentos dessa natureza, sendo que apenas 2 são localizados fora de comunidades carentes, que são: a Nave da Cidade Olímpica e a outra a Nave do Parque Madureira. Foi feita uma grande remodelagem nessas naves em relação ao conteúdo didático, voltadas ao estímulo das questões da inovação e da economia criativa. Cerca de 6300 alunos qualificados se formaram este ano nos cursos ministrados, com posterior inserção no mercado de trabalho. Concluiu dizendo que a estratégia da Secretaria é a transversalidade, que só faz sentido na medida em que faz aderência com a cultura, com a saúde, com a educação, com a acessibilidade, sempre em busca da capacidade de criar e inovar coisas, misturada com a lógica e da capacidade matemática/tecnológica. Finalizada a apresentação do último convidado presente, iniciaram-se os comentários dos conselheiros sobre o tema exposto. O conselheiro Carlos André comentou da vontade de ter um contato maior com a SMDEI, em função de um curso que ele fez no passado de Economia Solidária. O convidado Léo Soares explicou que a Economia Solidária hoje está dentro da Subsecretaria de Desenvolvimento e que tanto o circuito de Economia Solidária quanto o Conselho de Economia Solidária são eventos coordenados pela SMDEI. A conselheira Suelyemma Franco ressaltou a importância do informe sobre o GT de orçamento, por ser uma iniciativa da Comissão Permanente de Cultura da Câmara Municipal. A conselheira justificou a ausência do Vereador Reimont em virtude de agenda de trabalho. Retomou a questão do orçamento e a associou à fala da Heliana Marinho sobre financiamento de políticas públicas e ressaltou as dificuldades de obtenção de recursos para se poder trabalhar as políticas públicas. Disse que os dados expostos por João Grand traduzem a precariedade do trabalho e a sua informalidade e questionou como se trabalhar esses dados se eles não traduzem a realidade. Afirmou a necessidade da convergência institucional e que o grande erro do conceito da Economia Criativa é pressupor o aporte de recursos e a sustentabilidade, já que não temos isso na realidade. Finalizou declarando ser um grande desafio inserir todas essas inovações e questões nas ações futuras. O ouvinte, Virgílio de Sousa, fez algumas declarações. Questionou como a Economia Criativa trata a questão dos ambulantes na Lapa; criticou a obra feita pela Prefeitura na Praça da Lapa, que tirou os bancos; comentou a questão do abandono na Lapa e qual a mudança que ocorreu após o Seminário de 3 meses atrás; criticou o prestígio dado pela SMC à Déborah Colker; elogiou os feitos da SEBRAE e, por fim, expressou sua opinião sobre a comunicação feita pelos jornais alternativos de cada território da cidade e seu emprego na Economia Criativa. A conselheira Rosane Campello fez a colocação sobre a necessidade de se abater o ego existente. Destacou o trabalho que ela vem desenvolvendo junto aos companheiros do Fórum Permanente de Dança de falar ao mesmo tempo de formação, de ciência, de tecnologia, de inovação dentro do ambiente da cultura e da arte. Disse que uma das maiores dificuldades enfrentadas é negar o pertencimento do trabalho alheio, ressaltando que todos querem ser autores e não co-autores do fazer cultural. Pediu para que seja dado um olhar a esses atores da cultura dentro dos ambientes de formação, principalmente a FAETEC, ambientes estes que propiciam a Economia Criativa, a roda do fazer criativo e do reconhecimento das territorialidades e porque lá, segundo a conselheira, tem o ambiente de fazedores de cultura real. O músico e produtor cultural, Xaymaca, comentou a respeito da dificuldade de mensurar arte e cultura no Brasil e disse haver um desinteresse histórico da classe política e da classe empresarial de que isso seja mensurado, porque de porte desses dados reais haveria, segundo ele, uma grande pressão em prol da organicidade da produção cultural, intelectual e artística. Afirmou que a indústria da arte/cultura/entretenimento é o grande potencial mundial e que por isso o temor daqueles que se opõem. Ressaltou a necessidade de publicizar essa questão. O conselheiro Gustavo Guenzburger quis salientar que a cultura está com um problema de justificativa social e que esse conceito de Economia Criativa já está sendo pautado há muito tempo, em que ele é criado num diálogo onde a distribuição de renda faz parte do projeto de desenvolvimento. Declarou que estamos correndo o risco de estarmos sustentando políticas que vão concentrar ainda mais a renda no Brasil. De acordo com o conselheiro, o que falta no conceito de Economia Criativa é juntar com a ideia de direitos culturais. Discordou do conceito de que a cultura é matéria-prima, uma vez que defende que a natureza da cultura é ser criada por alguém e que considera a cultura um direito da cidade. O próximo a se manifestar foi o ouvinte, Marcelo um fazedor cultural da Cidade de Deus, que veio solicitar socorro na divulgação das atividades culturais e sociais desenvolvidas no bairro de forma a atrair, dentre outras coisas, maiores investimentos no local. O conselheiro Eduardo Nascimento, em sua fala, defendeu que, após os fracassos no investimento com a CSA e com a indústria do petróleo, a Economia Criativa é o único caminho que existe para o Rio de Janeiro, no ponto de vista econômico e social. Deu como exemplo a Feira das Yabás, que envolve elementos importantes da cultura, gastronomia, turismo e que, após 10 edições, continua com o mesmo modelo de negócios anterior. Disse que o poder público não tem a obrigação de dar dinheiro, mas tem que ser um polo

de desenvolvimento daquelas pessoas que trabalham e que querem gerar seu próprio empreendimento. Ressaltou que no ano de 2018, haverá discussões sobre: o marco regulatório da Secretaria de Cultura, conferências, o Plano Municipal de Cultura e a Lei do Fundo Municipal de Cultura. Na sua opinião, deveria haver um mergulho nessas questões envolvendo Economia Criativa e o projeto de lei da inovação para que se tenha uma sinergia e não duas iniciativas em apartado. Segundo ele, a chave para avançar essas amplas e variadas possibilidades de desenvolvimento humano é o diálogo maduro entre os diferentes pares e atores. A ouvinte, Maira Costa da SMDEI, aborda a questão da governança, considerando que parece haver um trabalho muito grande das entidades e que esse esforço não se reflete na mesma proporção nos resultados. Questionou aos convidados, dentro do cenário de atores que existe na cidade, qual seria o ente/órgão público com maior vocação de conduzir essa conversa de governança na posição de líder e não de autoridade. Heliana Marinho respondeu que há um entendimento muito grande nesse sentido, mas que esse modelo precisa ainda ser definido. Disse não acreditar que um grande líder institucional vá trazer uma adesão de iguais, mas que a construção deve ser distribuída igualmente. Esclareceu que o SEBRAE, na Economia Criativa, está à disposição para o diálogo e concluiu dizendo que o desafio é a abertura de janelas de forma que se consiga olhar o caos e a desordem numa frequência parecida e, nessa convergência, fazer escolhas mais sensatas. João Grand concordou e destacou a importância de se construir na cidade do Rio um formato de diálogo onde os atores reconheçam efetivamente quais são suas expertises e seus limites de atuação e contribuição nos processos. Disse que se há o entendimento de que política de cultura tem que ser vista como política de desenvolvimento, onde deve-se buscar a definição de papéis, fazer escolhas pautadas na nossa realidade e avançar. Léo Feijó, em resposta à indagação feita sobre o que foi feito após o Seminário, informou que a Secretária Nilcemar Nogueira já mencionou a questão dos distritos culturais como um modelo a ser desenvolvido e implementado o quanto antes. O conselheiro Eduardo Nascimento esclareceu que a SMC nunca sofreu perseguição pelo Prefeito para travar atividades culturais e quis deixar registrado em ata à ação pró-ativa da Superintendente do Méier que resolveu um conflito de interesses territoriais envolvendo o Grupo Afro Laje e um grupo cultural de rock. Foi questionado ao conselheiro Eduardo Nascimento como os territórios serão regularizados uma vez que foi visto guarda municipais pedindo comida nos restaurantes na Lapa ao passo que ele respondeu que a gestão de territórios sempre será conflituosa, mas que sempre haverá alguém para fazer a aplicação da lei, já que as leis e regras devem ser cumpridas. A conselheira Rosane Campello mais uma vez se

pronunciou, desta vez agradecendo a intervenção da Secretária Nilcemar Nogueira que, de pronto, atendeu ao seu pedido em relação à questão do Passinho, cujos espetáculos foram apresentados na Arena Dicró. O conselheiro Eduardo Nascimento fez questão de esclarecer que a SMC não intervém nas escolhas dos projetos das empresas que querem apoiar por meio da Lei do ISS O conselheiro Gustavo Guenzburger reforçou, ao final, a questão do Plano Municipal de Cultura, propondo que seja pensada uma forma de aplicar todos esses conceitos e elementos da Economia Criativa ao Plano Municipal e que seja feita uma pressão na Câmara para que seja liberado pelo menos de 1% a 2% do orçamento à Cultura. Por fim, ficou estabelecido como pauta da próxima reunião: a formação artística e a capacitação do realizador cultural. Todos os convidados agradeceram a oportunidade de contribuição que lhes foi dada. Nada mais havendo a tratar, às 12h e 52 min, o Vice-Presidente deu por encerrada a reunião e, como Secretária Executiva do Conselho Municipal de Cultura, lavro esta ata, que será assinada por mim e pelos conselheiros presentes.

• Obs: Listar os conselheiros presentes:

- 01. Teofilo Lima
- 02. Claudio Prado
- 03. Olívio Coelho
- 04. Fabiana Cândido
- 05. José Marconi
- 06. Carlos André – “Rongo” -
- 07. Gustavo Guenzburger
- 08. Rosane Campello
- 09. Eduardo Nascimento - SMC
- 10. Marcia Cristina - SME
- 11. Katia Machado - RIOTUR
- 12. Luiza Ferreira – Arquivo Geral da Cidade
- 13. Iva Coppede – Instituto do Patrimônio – Urbanismo
- 14. Dulce Jannot – Rio Filmes
- 15. Vera Mangas – Ministério da Cultura.
- 16. Suelyemma Franco. Câmara Municipal do Rio de Janeiro – Comissão de Cultura

• Ouvintes:

- 17. Xaymaca.- Músico, Produtor Cultural
- 18. Virgílio de Souza – Jornalista
- 19. Marcelo – Músico, professor, produtor Cultural – Cidade de Deus.
- 20. Maira Costa - SMDEI

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

REUNIÃO

29 de Novembro de 2017

Cultura, Cidade e Desenvolvimento: potencialidades e desafios para o Rio de Janeiro!

João Grand Jr.
Instituto Pereira Passos – IPP
joao.grand.ipp@gmail.com